

Políticas Públicas & Educação Básica

Luiz Fernandes Dourado
Vitor Henrique Paro
(organizadores)

Ricardo Antunes
Sofia Lerche Vieira
Dagmar M. L. Zibas
Dalila A. Oliveira
Marcelo S. P. da Silva
Lúcia H. G. Teixeira



Luiz Fernandes Dourado
Vitor Henrique Paro
organizadores

Dagmar M. L. Zibas • Dalila Andrade Oliveira
Lucia Helena G. Teixeira • Marcelo Soares Pereira da Silva
Ricardo Antunes • Sofia Lerche Vieira

Políticas Públicas Educação Básica &



São Paulo
2001

SUMÁRIO

Apresentação	7
Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal	
<i>Ricardo Antunes</i>	13
Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade	
<i>Vitor Henrique Paro</i>	29
A reforma do Estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990	
<i>Luiz Fernandes Dourado</i>	49
Políticas internacionais e educação — cooperação ou intervenção?	
<i>Sofia Lerche Vieira</i>	59
Reforma do ensino médio: lições que vêm da Espanha?	
<i>Dagmar M. L. Zibas</i>	91
Política educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade	
<i>Dalila Andrade Oliveira</i>	105

Gestão e organização do trabalho na escola pública: práticas sociais em educação em Minas Gerais (1983-1994)	
<i>Marcelo Soares Pereira da Silva</i>	123
A cultura organizacional e o impacto das propostas de mudança em escolas estaduais de Minas Gerais	
<i>Lúcia Helena G. Teixeira</i>	143

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NUMA ORDEM NEOLIBERAL

Ricardo Antunes¹

I

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Curiosamente, entretanto, têm sido freqüentes as representações destas formas de (des)sociabilização, que se expressam como se a humanidade tivesse atingido seu ponto alto, o seu *telos*. Muitas são as formas de fetichização: desde o culto da sociedade demo-

¹ Professor livre-docente de Sociologia do Trabalho no IFCH-Unicamp. E-mail: rantunes@obelix.unicamp.br

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO GENÉRICO E A ABSTRAÇÃO DA REALIDADE¹

Vitor Henrique Paro²

Quando se entra em contato com a realidade de nossas escolas públicas básicas, não é incomum constatar-se certo desconhecimento entre a prática que aí se desenvolve e os conteúdos de estudos acadêmicos que versam sobre as políticas públicas em educação.

Pode-se dizer que esse desconhecimento se expressa, inicialmente, na ausência de importantes componentes teóricos nas atividades escolares. Embora não se tenha conhecimento de pesquisas que examinem essa questão (e isso talvez seja evidência da pouca importância que se dá ao assunto), em conversas com professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escola, pode-se perceber a falta, ou a presença ainda muito tímida, de posturas críticas sobre temas como o neoliberalismo, os efeitos da ação do Banco Mundial na política educacional, a privatização do ensino, a

¹ Texto apresentado, como trabalho encomendado, no Grupo de Trabalho "Estado e Política Educacional", durante a 22ª Reunião da Anped, realizada de 26 a 30/9/1999, em Caxambu.

² Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. E-mail: vhp@usp.br

A REFORMA DO ESTADO E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS ANOS 1990

Luiz Fernandes Dourado¹

O mundo do trabalho e da produção expressa as significativas transformações, originadas pelo incremento das relações sociais capitalistas e traduzidas, nesta virada de século, pelo expressivo avanço tecnológico e pela globalização do capital e do trabalho. Essas transformações societárias redimensionam o papel da educação e da escola. As agências educacionais passam a ser vislumbradas como um dos elos de socialização dos conhecimentos técnico-científicos historicamente produzidos pelo desenvolvimento de habilidades, capacidades e competências sociais requeridas, predominantemente, em sintonia com o setor produtivo, no qual “educação formal e a qualificação formal são situados como elementos de competitividade, reestruturação produtiva e da ‘empregabilidade’”. (Frigotto, 1998, p. 15)

Nesse cenário, o processo de reforma do Estado no Brasil assentado em premissas de modernização, racionalização e privatização, tendo o mercado como portador da racionalidade sociopolítica conservadora, configura-se pela minimização do papel do Estado no tocante às políticas públicas. Tal retomada conservadora agudiza, ainda mais, o quadro em que se encontram as políticas

¹ Doutor em Educação pela UFRJ e professor titular da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: douradol@terra.com.br

POLÍTICAS INTERNACIONAIS E EDUCAÇÃO — COOPERAÇÃO OU INTERVENÇÃO?¹

*Sofia Lerche Vieira*²

Um dos principais temas da política educacional contemporânea diz respeito às chamadas políticas das organizações internacionais para a educação brasileira, as quais suscitam novas formas de regulação e gestão da educação no país. Nos últimos anos, o avanço de acordos entre o país e agências internacionais tem suscitado a reflexão crítica sobre o tema e estudos começam a aprofundar o papel que tais agências vêm desempenhando no país.³ Este ensaio pretende mostrar que o debate sobre as políticas internacionais comporta inúmeras aproximações, as quais não prescindem de um olhar sobre o passado. De outra parte, procura apontar diversas frentes onde a chamada cooperação internacional se dá, identificando algumas influências sobre a política educacional brasileira.

1 Texto apresentado na sessão especial: "Novas formas de regulação e gestão da educação no Brasil: organismos internacionais e modelos institucionais". 22ª Reunião Anual da Anped. Caxambu, set. 1999.

2 Doutora em Filosofia e História da Educação pela PUC-SP e professora titular do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: sofialerche@yahoo.com.br

3 Veja-se, a propósito, o seminário "O Banco Mundial e as Políticas de Educação no Brasil", promovido pela Ação Educativa e pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em junho de 1995, posteriormente publicado sob a forma de livro: De Tommasi [et.al] orgs. (1996).

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: LIÇÕES QUE VÊM DA ESPANHA?¹

Dagmar M. L. Zibas²

Nas últimas quatro décadas, as diferentes reformas da nossa escola média têm representado, principalmente, tentativas de suprimir, superar e/ou escamotear a contradição social básica que recai sobre esse nível de ensino. Ou seja, os diferentes projetos, que se sucedem desde os anos 1960, têm, entre outros, o objetivo, nem sempre explícito, de elidir a evidência de que é no nível pós-fundamental que o destino social do aluno — destino esse determinado, na maior parte dos casos, por sua origem familiar — incide mais fortemente sobre a escola. Tal incidência põe a nu a fragilidade da educação para desempenhar a tarefa que freqüentemente lhe é atribuída: a de superar as desigualdades da estrutura social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, consagrou o princípio da equivalência entre os cursos propedêuticos e técnicos no que concerne ao direito de prosseguimento dos estudos em nível superior. Esta era uma reivindicação popular desde os anos 1940, que foi paulatinamente absorvida pela legislação até a sua inclusão definitiva e plena na LDB de 1961. No entanto, essa

1 Os dados sobre a reforma espanhola, discutidos neste artigo, foram coletados por meio de pesquisa, financiada pela Fapesp, desenvolvida pela autora em Madri, em setembro/outubro de 1998, junto à Universidad Nacional de Educación a Distancia (Uned).

2 Doutora em Educação pela USP e pesquisadora-sênior da Fundação Carlos Chagas. E-mail: dzibas@fcc.org.br

POLÍTICA EDUCACIONAL NOS ANOS 1990: EDUCAÇÃO BÁSICA E EMPREGABILIDADE

*Dalila Andrade Oliveira*¹

No decorrer dos anos 1990, o debate sobre educação e desenvolvimento esteve pautado pela exigência de responder ao padrão de qualificação emergente no contexto de reestruturação produtiva e de globalização da economia, ocupando lugar de destaque nas políticas educacionais. As discussões que ocorreram explicitam a necessidade de serem repensadas alternativas para problemas estruturais da educação brasileira, passando pela reforma dos sistemas públicos de ensino.

Dessa forma, a década de 1990 pode ser caracterizada como um período fecundo em termos de formulação de propostas no campo educacional no Brasil, sobretudo nos aspectos concernentes à sua gestão. Ao longo desses anos foram sendo introduzidas mudanças na administração dos sistemas de ensino em âmbito municipal, estadual e federal, que resultaram numa grande diversidade de experiências na gestão da educação. As mudanças foram justificadas pela necessidade de respostas e soluções para os problemas de insuficiência no atendimento, por parte do poder público, da universalização da educação básica e, conseqüentemente, das novas demandas econômicas no contexto da reestruturação capitalista.

¹ Doutora em Educação pela USP e professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: dalila@dedalus.lcc.ufmg.br

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA PÚBLICA: PRÁTICAS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS (1983-1994)

Marcelo Soares Pereira da Silva¹

O presente estudo tem como objeto de investigação as questões referentes à gestão da escola pública em Minas Gerais, mais especificamente alguns aspectos relacionados com a organização dos processos de trabalho na escola. Seu objetivo é apreender e compreender como configuram-se as relações de trabalho no interior da escola pública de Minas e os princípios e diretrizes em que estão assentadas essas relações, tanto na perspectiva das políticas educacionais implementadas pelos gestores da educação, quanto na perspectiva do movimento sindical docente e dos sujeitos da educação, que constroem a escola no cotidiano de sua atuação como trabalhadores da educação — professores, diretores escolares, especialistas em educação, técnicos da educação, entre outros. O período considerado abrange desde 1983 até o ano de 1994.

Em 1983 tomavam posse os primeiros governadores de Estado eleitos, após vários anos — durante a ditadura militar — em que a escolha dos ocupantes desses cargos era realizada por via indireta, a partir da nomeação feita pelo presidente da República.

¹ Doutor em Educação pela Unicamp e professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: marcelosoares@ufu.br

A CULTURA ORGANIZACIONAL E O IMPACTO DAS PROPOSTAS DE MUDANÇA EM ESCOLAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS

Lúcia Helena G. Teixeira¹

A realização deste estudo² foi motivada pelo interesse em desvendar as questões referentes ao funcionamento interno da escola, organização que as políticas públicas e a administração da educação têm tratado como espaço capaz de realizar as mudanças educacionais requeridas pela sociedade, submetida ao processo de globalização que caracteriza este final de século.

Concebendo a escola como sistema social em constante construção, assumi o desafio de estudar sua constituição com a multiplicidade de fatores que participam do jogo de sua prática cotidiana. Adotando a perspectiva da cultura organizacional, busquei identificar os traços marcantes da cultura de três escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino de Juiz de Fora (MG),³ sub-

1 Doutora em Educação pela Unicamp e professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luciahelena@artnet.com.br

2 Sob a denominação de *Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas. Um estudo de escolas da rede estadual de Minas Gerais* esse estudo, na sua íntegra, constituiu o documento da tese defendida em 30/11/98 no programa de doutorado da Unicamp, na área de Administração e Supervisão Educacional.

3 Pesquisa realizada no período de março a agosto de 1997.

**Luiz Fernandes Dourado
Vitor Henrique Paro
(orgs.)**

A fecunda produção do Grupo de Trabalho "Estado e Política Educacional" da Anped possibilitou a seleção dos textos que compõem esta coletânea.

A partir do mapeamento e avaliação das condições objetivas em que as políticas educacionais ganharam feição nas últimas décadas, a obra busca realizar a discussão teórico-metodológica acerca dos desafios das políticas públicas e da gestão da escola básica no novo século.

ISBN 85-85833-88-2



9 788585 833886

